

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Governo tenta costurar acordo para o caso de STF derrubar tabela do frete	2
Título: Petrobras revê normas de compliance adotadas após escândalo da Lava Jato	3
Título: Destaques	6
Título: Eletrobras prevê emissão de ações e privatização no início de 2020	7
Título: CPFL Energia avança na integração com seu braço de renováveis.....	9
Título: Presidente da Petrobras prevê investir US\$ 100 bi em cinco anos	10
Título: Curtas	12
Título: Rio tem queda na arrecadação tributária até julho.....	13
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	14
Título: Suplente do PSL foi ao Paraguai em jato com diretores de empresa alvo de CPI	14
Título: Ministros falarão sobre acordo	16
Título: Itaipu: rediscutindo a relação	16
Título: » ¡Hola!	18
Título: Votação final da Previdência será em 2 de outubro, define Senado.....	18
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	20
Título: Lucro da Eletrobras sobe para R\$ 5,5 bi no segundo trimestre	20
Título: Sem PEC que libera US\$ 9 bi, Petrobras não estará em leilão, afirma presidente	21
Título: Cadeiras.....	22
VEÍCULO: O Globo.....	22
Título: Com venda de distribuidoras, Eletrobras lucra R\$ 5,5 bi.....	22
Título: A ressurreição do museu	24
Título: BNDESPar tem prejuízo de R\$ 650 milhões no 2º trimestre.....	25

Título: Senado quer liberar recursos a estados para viabilizar PEC paralela	25
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	27
Título: CEB e BNDES fecham acordo	27

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Lu Aiko Otta | De Brasília

Título: Governo tenta costurar acordo para o caso de STF derrubar tabela do frete

O governo avalia que a tendência é o Supremo Tribunal Federal (STF) decidir pela inconstitucionalidade da lei que estabeleceu os pisos mínimos do frete rodoviário, apurou o **Valor**. Por isso, trabalha para construir um acordo entre caminhoneiros e embarcadores que permita ao mercado operar sem traumas, qualquer que seja a decisão. O caso deverá ser julgado no dia 4.

O diálogo, porém, permanece difícil. "Achei ruim", resumiu o presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga (Sinditac), de Ijuí (RS), Carlos Alberto Litti Dahmer, após uma reunião com embarcadores de graneis sólidos que tomou toda a manhã de ontem no Ministério da Infraestrutura. Ele pretende mobilizar suas bases para fazer manifestações nos dias 3, 4 e 5 de setembro, de forma a pressionar o Supremo.

Os caminhoneiros não querem abrir mão do caráter obrigatório da tabela. Os empresários, por sua vez, querem que os valores do frete sejam referenciais.

O próprio governo vinha sugerindo aos motoristas flexibilizar sua posição e chegar a um acordo com as empresas. Dessa forma, teriam algum ganho assegurado mesmo se o Supremo não os favorecer. Pontualmente, alguns segmentos já vinham aceitando conversar sobre tabela referencial, segundo circulou nos bastidores.

Mas o que aconteceu na manhã de ontem foi algo diferente. Para romper o impasse, interlocutores do lado empresarial apresentaram uma nova ideia: abandonar a tabela atual, que é a mesma da época da greve de 2018 e que, segundo os caminhoneiros, não é cumprida, e adotar a tabela elaborada pela

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq). Nesse formato, a tabela continuaria a ser obrigatória.

Paralelamente, seria formado um grupo de monitoramento com empresas e caminhoneiros para verificar se a tabela da Esalq é ou não cumprida. Um outro grupo, de caráter técnico e com participação da Esalq, poderia rever a metodologia de cálculo e aperfeiçoá-la até janeiro, quando a tabela deve ser atualizada.

Essa ideia ainda não é sequer uma proposta formal. Ela deverá ser submetida às associações empresariais hoje. Amanhã, os caminhoneiros darão sua resposta.

Os caminhoneiros não gostaram da tabela da Esalq, que chegou a vigorar por alguns dias em julho. Mas, nas reuniões, admitem que ela cobre o preço de custo do frete. O problema é que cobrir apenas o custo não é suficiente. Eles gostariam de um adicional, que seria o lucro.

Em meio às negociações, um destaque à Medida Provisória 881, da Liberdade Econômica, causou tensão entre os caminhoneiros. Segundo interpretaram, o texto proposto acabaria com o pagamento eletrônico do serviço de frete e isso, na prática, inviabilizaria a aplicação dos pisos mínimos. Após articulações com o governo, o destaque foi retirado da versão da medida provisória que vai a votação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/08/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Petrobras revê normas de compliance adotadas após escândalo da Lava Jato

Cinco anos após entrar nos holofotes da Lava-Jato e reformular praticamente todo o seu compliance, a Petrobras decidiu rever regras de governança adotadas nos últimos anos, em reação ao escândalo de corrupção vivido dentro da empresa. Sob o comando de Roberto Castello Branco, a petroleira iniciou a adoção de mudanças que devem reduzir o volume de reuniões de seu conselho de administração. A ideia também é levar menos projetos de investimento e negócios de venda de ativos para apreciação do colegiado. A interpretação sobre as novas regras é dúbia e abre espaço para receios de um eventual afrouxamento da governança. A empresa nega.

O comando da petroleira defende que as medidas garantirão maior celeridade nas decisões de rotina, sem perda de controles, e que o conselho se concentrará nas decisões estratégicas de longo prazo. Fontes de dentro da companhia e com passagens recentes pela estatal, no entanto, temem por um efeito contrário e que as mudanças na governança possam vir a esvaziar o conselho, justamente num momento sensível em que a petroleira acelera privatizações e em que a governança da empresa é colocada em xeque por sinais de interferência do governo no dia a dia da companhia.

O caso mais recente se deu na semana passada, quando a Petrobras decidiu romper o contrato de serviço prestado pelo escritório de advocacia do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), menos de uma semana após o embate público entre Felipe Santa Cruz e o presidente Jair Bolsonaro. Questionada, a Petrobras esclareceu que exerceu o direito de rescisão unilateral dos dois contratos de prestação de serviços jurídicos firmados entre as partes e que a decisão se deu "estritamente nos termos previstos em contratos".

O **Valor** apurou que uma das principais medidas da Petrobras foi reduzir os investimentos e venda de ativos sujeitos à apreciação do conselho. Os membros do colegiado vão opinar, agora, sobre projetos de investimentos acima de US\$ 1 bilhão - antes o piso era de US\$ 500 milhões - e desinvestimento superiores a US\$ 200 milhões. Até então, toda alienação de ativo superior a US\$ 20 milhões passava pelo aval do conselho. Mesmo com as mudanças, se o negócio envolver a perda de controle ou saída completa de uma sociedade, a venda do ativo continuará sendo levada ao conselho.

A companhia cortou alguns comitês de assessoramento - órgãos vinculados diretamente ao conselho, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias - e espera reduzir, para menos da metade, o número de reuniões desses comitês. Segundo duas fontes, o comando da estatal vê excesso nas 231 reuniões realizadas em 2018.

Além disso, a companhia vem descentralizando algumas das decisões, da esfera do conselho para a diretoria e gerências executivas. Duas fontes da empresa relatam que o "excesso de controles", nos últimos anos, criou um clima de desconfiança entre os empregados, o que levou a um imobilismo na administração.

Duas fontes que passaram pela companhia nos últimos anos, contudo, veem com preocupação o que chamam de "esvaziamento do conselho". Uma delas

critica o encerramento das atividades do comitê de estratégia, vinculado ao conselho, e da própria diretoria de estratégia, no momento em que a empresa intensifica o seu processo de desinvestimentos. Com a ida das gerências-executivas de gestão de portfólio e estratégia para debaixo do guarda-chuva da presidência, o receio é que o conselho tenha sua participação reduzida no debate sobre a estratégia de longo prazo da companhia.

"O desinvestimento é justificado com base em análises sobre alocação de capital, ou seja, risco e retorno, ou por estratégia. É possível manter algum ativo estratégico, mesmo que a relação risco-retorno não valha a pena. A visão dessa gestão é uma visão financista. O atual comando da Petrobras quer transformar a companhia numa empresa produtora de óleo e gás somente, mas não se discute a estratégia desse posicionamento no longo prazo. E o fim do comitê de estratégia e a redução do número de reuniões do conselho preocupa nesse sentido", afirma a fonte da administração anterior.

A Petrobras esclareceu que "decisões táticas e operacionais, como aprovação de escolhas técnicas para projetos de investimentos, não serão mais submetidas ao conselho", mas que o colegiado continuará sendo responsável pela aprovação final dos principais projetos. Além disso, a empresa acredita que as medidas assegurarão o "foco nas decisões estratégicas e de longo prazo do conselho". A estatal alegou, ainda, que as mudanças não alteram o "ambiente de controles, apenas as alçadas de aprovação de decisões de gestão e operacionais".

Uma fonte com passagem pela estatal revela uma preocupação especial com os desinvestimentos no refino, pelo fato de a petroleira não ter adotado restrições à participação de companhias de trading que são investigadas pela Lava-Jato - Vitol, Trafigura e Gleconre são suspeitas de pagar propina a funcionários da estatal. O código de compliance da companhia diz que cabe à Petrobras "conhecer previamente e monitorar os riscos envolvidos no relacionamento com as contrapartes" e priorizar negócios "com aquelas que apresentarem, ao mesmo tempo, as melhores oportunidades para a companhia e o menor risco de integridade".

A estatal esclareceu que adota "procedimentos de verificação e tratamento dos riscos de integridade de contrapartes"; verifica listas restritivas, como o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas; e analisa a integridade dos participantes e "medidas mitigatórias cabíveis". A empresa, no entanto, destaca que "não há impeditivo legal para a participação de companhias de trading no processo de desinvestimento de refinarias" e que, como está vendendo sua

participação integral nos ativos, a "Petrobras não será sócia de nenhuma dessas empresas", caso elas comprem as refinarias.

Em meio às mudanças no compliance, a Petrobras está, há um mês, sem o seu diretor de governança e conformidade, após a renúncia de Rafael Mendes Gomes, em julho. A petroleira informou que a saída se deu "por razões pessoais" e não comenta o assunto. O nome do substituto está em processo de seleção por uma empresa especializada em "head hunter".

As mudanças nas estruturas de controle ocorrem também em meio a episódios que lançam dúvidas sobre a autonomia da empresa. O caso mais emblemático de interferência do governo talvez tenha sido o telefonema de Bolsonaro pedindo para que a Petrobras suspendesse o reajuste de 5,7% nos preços do diesel, em abril, em meio às ameaças de uma nova greve dos caminhoneiros. Na ocasião, Castello Branco disse que houve "interferência zero" no caso.

O grau de autonomia da Petrobras já havia sido colocado em xeque logo no início do ano, quando Castello Branco indicou para a gerência-executiva de inteligência e segurança corporativa o nome de Carlos Victor Guerra Nagem. Funcionário da estatal, o Capitão Victor foi candidato a deputado estadual pelo PSC no Paraná e é amigo particular de Bolsonaro.

Após a repercussão negativa da indicação, Bolsonaro saiu em defesa de Nagem e, por meio da rede social Twitter, em tom de ironia, pediu desculpas por "não estar indicando inimigos para postos em meu governo". Pelo fato de Capitão Victor não ter experiência em gestão, Castello Branco recuou da indicação, mas em seguida deu a ele uma das cadeiras disponíveis na assessoria da presidência. Segundo a estatal, Nagem foi indicação de "especialistas em segurança e defesa nomes com experiência em segurança empresarial".

Em fevereiro, Bolsonaro escreveu em suas redes sociais que ele determinou que a Petrobras revisse seus patrocínios culturais. A estatal alega que já havia decidido revisar sua política de patrocínios desde o início do ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/08/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Norte-Sul e Malha Paulista

A Rumo, do grupo Cosan, prevê diversificação de mercados quando o tramo central da Ferrovia Norte-Sul entrar em operação, disseram executivos em teleconferência a analistas. A empresa vê oportunidades em diferentes segmentos, como fertilizantes, bauxita, granéis líquidos e contêineres. No setor de grãos, o grupo projeta chegar aos mercados de Goiás e Tocantins. Em relação à aprovação da renovação antecipada da Malha Paulista no Tribunal de Contas da União, o grupo avalia que um aval definitivo não deverá demorar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Eletrobras prevê emissão de ações e privatização no início de 2020

A Eletrobras pode fazer uma emissão de ações com diluição da União - e, consequentemente, sua privatização - em fevereiro de 2020, na primeira janela de mercado do ano, disse ontem Wilson Ferreira Junior, presidente da estatal, ao divulgar o balanço do segundo trimestre do ano.

"A operação de capitalização é simples, se faz em 90 a 120 dias. A ação precisa ser arquitetada pelo governo junto ao Congresso", disse o executivo, durante entrevista coletiva concedida ontem.

Ele explicou que, como a União não vai subscrever a emissão de novas ações, terá sua participação diluída para menos de 50%, perdendo o controle. Caberá ao governo decidir também se haverá ou não uma ação preferencial especial ("golden share"). Para Ferreira, a ação não é "fundamental" para o país, já que o setor elétrico já é extremamente regulado pelo governo.

"O que temos daqui para frente, que sinto no governo no campo da economia, é uma agenda voltada para reforma tributária e também para o tema das privatizações", disse Ferreira. Segundo ele, a reforma da Previdência enfrenta o tema da dívida pública ao impedir que ela cresça, a reforma tributária simplifica tudo, e a redução da dívida acontece com venda de ativos ou ingresso de outorga.

Questionado sobre a posição que o governo deve ficar na Eletrobras depois da privatização, Ferreira disse não ser possível saber. "Mas temos um sinal que é a BR, que ficou com 30%", disse, se referindo à BR Distribuidora, que foi privatizada recentemente. A Petrobras teve sua fatia reduzida para 37,5% na operação. "O que eu quero que você tenha na BR como modelo é que o governo saiu do controle dela. É isso que eu estou dizendo."

Segundo Ferreira, a situação da companhia hoje é muito melhor que a de três anos atrás, quando ele assumiu a presidência. Ainda assim, a estatal tem um custo de captação muito maior que o de suas concorrentes, o que inviabiliza novos investimentos.

A relação entre dívida líquida e Ebitda (sigla em inglês para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da Eletrobras chegou a 2,6 vezes ao fim de junho, sem considerar a entrada no caixa de indenizações de ativos de transmissão antigos (RBSE). A alavancagem ficou pela primeira vez abaixo da meta da sua administração, de um índice de 3 vezes, mas Ferreira quer ir além disso. "Se tivermos uma meta, é rodar em torno de 2 vezes a 2,5 vezes, que é um valor adequado para uma empresa de infraestrutura na área de energia", disse.

Uma das estratégias para obter a redução da dívida é a venda de ativos. Segundo Ferreira, a Eletrobras recebeu manifestações de interesse por todos os seis pacotes de participações em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) colocados à venda, que envolvem quase 1 gigawatt (GW) de potência em parques eólicos e uma linha de transmissão de pouco mais de 500 km de extensão. O prazo para que interessados iniciassem negociações terminou na segunda-feira.

O presidente da Eletrobras acrescentou que prevê que a venda das SPEs seja concluída ainda neste ano. Parte dos recursos das vendas devem entrar em caixa neste ano e parte em 2020. Mas a contabilização de todas as vendas deverá ser registrada ainda em 2019.

Os cortes de custos também fazem parte da reestruturação da companhia. Segundo Ferreira, a estatal deve lançar em setembro um novo programa de demissão consensual (PDC), com objetivo de desligar 1.681 funcionários, e chegar ao total de 12.088 colaboradores em 2020. "Temos duas mil pessoas em condição de se aposentar, o que pode nos ajudar a atingir o número ano que vem", disse. Haverá dois meses para adesão, com prazo final para desligamento em dezembro.

O andamento da reforma da Previdência deve ajudar a incentivar os funcionários em idade de aposentadoria a aderirem ao PDC. "É algo que estou supondo, em visto de termos o tema da previdência próximo do seu final", afirmou.

A questão de Itaipu também foi objeto da entrevista coletiva de ontem. Segundo Ferreira, o acordo com a Administración Nacional de Electricidad (Ande) sobre a contratação de energia da usina binacional deve sair o mais rápido possível. "Temos uma negociação de muito maior porte em 2023 [sobre

o Anexo C do Tratado de Itaipu, que trata da comercialização da energia da usina]. Era importante chegar até lá bem", afirmou. Para o executivo, a relação entre os paraguaios e brasileiros "é excelente".

Ele contou que o novo presidente da Ande, Luis Villordo, que assumiu o cargo na segunda-feira, o procurou no mesmo dia. Na próxima semana, os dois executivos devem se encontrar.

A Eletrobras obteve lucro líquido de R\$ 5,56 bilhões no segundo trimestre do ano, crescimento de 305% em relação ao mesmo intervalo do ano passado. A receita líquida somou R\$ 6,64 bilhões, crescimento de 12%. O resultado foi possível devido à venda das distribuidoras de energia no grupo, privatizadas ano passado. Segundo a estatal, do resultado de abril a junho, R\$ 301 milhões foram relativos às operações continuadas. Outros R\$ 5,26 bilhões foram referentes às operações descontinuadas de distribuição, resultado da reversão do patrimônio líquido da Amazonas Energia, que teve a venda concluída em abril. A conclusão da obra da termelétrica de Mauá 3, da Amazonas GT, também ajudou no resultado.

Na ponta negativa, a companhia registrou uma provisão de R\$ 921 milhões em relação aos créditos do fundo setorial Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) cedidos pela Amazonas Energia à Eletrobras, no âmbito do processo de privatização da distribuidora.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: CPFL Energia avança na integração com seu braço de renováveis

A CPFL Energia espera registra ainda neste ano ganhos de sinergia com incorporação da CPFL Renováveis, disse Gustavo Estrella, presidente da companhia. Em entrevista ao **Valor**, o executivo contou que as duas empresas estão atualmente em processo de "integração" dos times e processos. O contrato de compra da participação da State Grid na Renováveis está sendo finalizado. "Depois disso é que vamos, de fato, consolidar a participação da Renováveis", disse Estrella.

"Eu diria que vamos fechar a compra logo, com chance de acontecer ainda no terceiro trimestre. É praticamente certo que vai ser neste ano", afirmou.

A companhia, que voltou a ser objeto de atenção do mercado depois de concluir seu "re-IPO" em junho, publicou ontem os resultados do segundo trimestre do ano, quando obteve lucro líquido atribuível aos acionistas de R\$ 580 milhões, aumento de 27,4% em relação ao mesmo período de 2018. O crescimento refletiu, entre outras questões, a melhora do resultado financeiro no período, por conta da entrada dos recursos da emissão de ações no caixa da companhia, e também por conta da menor taxa de juros. A dívida líquida recuou 28% na comparação anual, para R\$ 12,49 bilhões.

A receita líquida subiu 1,3% no período, para R\$ 7 bilhões. Em distribuição, a receita cresceu 2,2%, para R\$ 5,7 bilhões. Segundo Estrella, o consumo de energia no trimestre foi afetado pela saída de um grande consumidor que migrou para o mercado livre, e também pelo efeito da temperatura, que ficou mais baixa do que no ano passado. Excluindo esses efeitos, a demanda por energia nas distribuidoras da CPFL teria registrado alta de 2%. "Que é mais ou menos o que temos crescido nos últimos dois anos e meio", afirmou.

"Com a retomada mais lenta da economia, o consumo não cresce muito, mas tem estabilizado na faixa de 2% ao ano", afirmou Estrella. Para este ano, ele espera que a demanda tenha esse ritmo de crescimento, considerando um PIB com alta inferior a 1%. O desempenho mais fraco da economia tem outro efeito sobre as distribuidoras de energia: aumento da inadimplência.

No trimestre, as provisões para devedores duvidosos da CPFL cresceram 53,7%, para R\$ 64 milhões. "Continua sendo um risco importante para a companhia", disse Estrella. Para combater o problema, a elétrica aumentou ações de combate e também cortes de consumidores. "É um tema totalmente ligado ao desempenho da economia. Enquanto não tivermos uma redução gradual do desemprego e aumento da renda dos clientes, vamos ter a pressão por inadimplência", disse.

A partir do ano que vem, a companhia espera ver resultados positivos das reformas propostas pelo governo, como da Previdência e Tributária. "Isso vai ter reflexo no consumo de energia", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Vandson Lima | De Brasília

Título: Presidente da Petrobras prevê investir US\$ 100 bi em cinco anos

Presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco afirmou, em audiência ontem na Comissão de Infraestrutura do Senado, que a empresa vai investir aproximadamente US\$ 100 bilhões nos próximos 5 anos. Os desinvestimentos de ativos, por outro lado, devem chegar a até US\$ 35 bilhões no período.

"São escolhas. Você tira dinheiro de um lugar e coloca em outros mais rentáveis. É a busca do investimento ótimo que maximiza o retorno ao acionista", avaliou o presidente da estatal.

Castello Branco rechaçou a tese de que o atual governo esteja desmontando a estatal. "Não estamos desmontando a Petrobras, estamos transformando numa empresa melhor. Investindo naquilo que é bom. Isso se chama gestão de portfólio".

Ele confirmou que, até o momento, já foram vendidos US\$ 15,3 bilhões do plano original de desinvestimento. A venda das empresas que compõem o sistema de refino de Pasadena, nos Estados Unidos, que arrecadou US\$ 562 milhões, foi importante mais pelo simbolismo do que pelo valor arrecadado, pois se tratava de uma "página negra" para o país, avaliou. Após a venda de distribuidoras no Paraguai, o presidente da Petrobras disse que o mesmo deve ocorrer com redes de combustível mantidas no Uruguai e Colômbia. "Não faz o menor sentido [manter]", apontou. Entra no cálculo ainda a venda de 90% da participação na Transportadora Associada de Gás (TAG). O grupo formado pela Engie e pelo fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ) pagou R\$ 33,5 bilhões à Petrobras.

A venda de oito das 13 refinarias da companhia está no planejamento estratégico. O processo foi dividido em duas etapas. A primeira já está em curso, para a venda de Abreu e Lima (Pernambuco), Landulpho Alves (Bahia), Presidente Getúlio Vargas (Paraná) e Alberto Pasqualini (Rio Grande do Sul). Castello Branco garantiu que há um grande número de potenciais compradores. "Com respeito às quatro primeiras refinarias, digo que há grande interesse. O número supera duas dezenas de interessados", asseverou.

Questionado pelos senadores, Castello Branco assegurou que não usará os recursos a serem obtidos com a cessão onerosa para reduzir o endividamento da empresa. Ele fez um apelo para que o Congresso nacional aprove a Proposta de Emenda Constitucional que vai autorizar a União a fazer um pagamento de US\$ 9 bilhões em indenização à estatal. Sem esses recursos no curto prazo, disse, a Petrobras não terá como participar do leilão da cessão onerosa, previsto para novembro.

Sobre a situação atual da empresa - que ele disse categoricamente ter sido "assaltada por uma organização criminoso e praticamente desmontada", causando reação de senadores do PT -, o presidente disse que, hoje, o pagamento de juros e serviços de dívidas da Petrobras consome 35% do fluxo de caixa, ante 3% nos concorrentes.

Destacou que a empresa não precisa ser dona da infraestrutura, mas dos serviços. "Petrobras era responsável por 98% da capacidade de refino, uma anomalia", destacou, ponderando que a empresa não ganhou nada com essa dominância no mercado de gás. "Vocês deveriam abominar monopólios como eu abomino".

Outro questionamento recorrente foi sobre a política de preços de combustíveis. Para Castello Branco, não é correta a avaliação de que o diesel custa caro no Brasil. "Brasil não é país caro no diesel, fica abaixo da média global. De 160 países, em mais de 100 custa mais que no Brasil", alegou. "No caso da gasolina, está aderente à média global, às vezes abaixo, às vezes acima", pontuou. Nos dois casos, foram apresentados gráficos de comparação aos senadores. O presidente da Petrobras avaliou que a questão do diesel, na verdade, se dá por conta do crescimento da frota - um efeito danoso da política de expansão de crédito de governos do PT, na opinião dele. "A expansão irresponsável de crédito pelo BNDES aumentou em 47,3% a frota entre 2008 e 2017".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/08/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério abaixo de US\$ 90

Após o feriado que interrompeu o mercado físico desde sexta-feira, o minério de ferro registrou forte queda ontem no porto chinês de Qingdao. A tonelada da commodity siderúrgica foi negociada a US\$ 89,25, com queda de 5,17% ante os US\$ 94,12 registrados na quinta-feira passada. O preço do produto com teor de 62% de ferro fechou com queda expressiva de US\$ 4,87 ante a cotação de quinta, conforme a publicação especializada "Fastmarkets MB". Em agosto, a retração de preços atinge 23,8%. Em 30 dias, ele recua 25,18%. Em 2019, o preço ainda registra ganho de 23,83%.

CEB assina com BNDES

A Companhia Energética de Brasília (CEB) formalizou a assinatura de contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para estruturar a venda do controle societário que a companhia possui na CEB Distribuição à iniciativa privada. O acordo inclui a prévia estruturação de operação de captação de recursos para reestruturação financeira da controlada. O contrato foi assinado ontem, no Palácio do Buriti, sede do governo do Distrito Federal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 14/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Carro | Do Rio

Título: Rio tem queda na arrecadação tributária até julho

Depois de começar o ano em alta, a receita tributária do Estado do Rio de Janeiro fechou o período de janeiro a julho com retração de 1% na comparação com os sete primeiros meses de 2018, totalizando R\$ 30,91 bilhões. No período, a arrecadação conjunta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FECF) permaneceu praticamente estável: aumentou apenas 0,1%, para R\$ 23,6 bilhões.

De acordo com a Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, a queda na arrecadação tributária está relacionada à diminuição no fluxo de repasses de recursos do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). O IRRF cobrado dos servidores estaduais aposentados fica com o Rioprevidência (Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro). Depois, é repassado ao Tesouro fluminense. Os repasses não são constantes em cada exercício, ressaltou a Fazenda fluminense, em texto enviado por e-mail.

"[É] importante destacar [também] que a base de comparação do ICMS no segundo semestre de 2018 está elevada pelo Refis [Programa de Recuperação Fiscal] e por um volume alto do Repetro [regime aduaneiro especial para o setor de óleo e gás]", esclareceu a Fazenda estadual, por meio de sua assessoria de imprensa. O valor arrecadado pelo Refis não vai se repetir neste exercício e o volume do Repetro será mais baixo, distorcendo as comparações, explicou a secretaria em nota.

A arrecadação do segundo semestre de 2018 teve aproximadamente R\$ 2,2 bilhões de receitas extraordinárias, oriundas de Refis e Repetro.

No Estado do Rio, 2019 começou com um corte expressivo na projeção de receita. Posteriormente, o governo fluminense ampliou suas estimativas em maio e julho. As últimas revisões significaram um acréscimo de R\$ 683 milhões na chamada "receita das fontes do Tesouro", um avanço de 1% em relação ao valor estimado em janeiro.

As fontes do Tesouro englobam as receitas diretamente arrecadadas pelo poder público (como as tributárias) e as transferências constitucionais não vinculadas (como o Fundo de Participação dos Estados). Na prática, equivalem a 78% das receitas totais do governo fluminense.

Nos primeiros quatro meses do ano, o Estado registrou aumento de R\$ 1,03 bilhão na arrecadação tributária, o equivalente a um crescimento nominal de 6,1% ante o mesmo período de 2018. As receitas oriundas de royalties e participações especiais do petróleo foram estimadas em R\$ 14,05 bilhões para o ano. O montante representa um incremento de 5,33% na comparação com o ano passado.

Ainda em janeiro, duas semanas após a posse do governador Wilson Witzel (PSC), a Secretaria de Estado de Fazenda do Rio divulgou nota em que comunicava um corte de 7,8% na previsão de receitas do Tesouro Estadual estipulada na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019. Com a revisão, a receita estimada encolheu em R\$ 5,77 bilhões, para o patamar de R\$ 68,1 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/08/2019

Seção: Internacional

Autor: Ricardo Galhardo - ENVIADO ESPECIAL A ASSUNÇÃO

Título: Suplente do PSL foi ao Paraguai em jato com diretores de empresa alvo de CPI

Envolvimento. Documentos revelam que Alexandre Giordano viajou três vezes ao país vizinho, apesar de ele afirmar que participou de apenas uma reunião e não ter ligação com a Léros; em proposta oficial, empresa ofereceu US\$ 31,50 KWh pela energia excedente de Itaipu

O político e empresário Alexandre Giordano (PSL-SP), suplente do senador Major Olímpio (PSL-SP), esteve pelo menos três vezes no Paraguai ao lado de executivos da empresa Léros, interessada em comercializar energia de Itaipu, revelam registros de voo divulgados ontem.

Segundo informações obtidas pelo jornal ABC Color em colaboração com o Estado, Giordano viajou duas vezes a Assunção em jatos particulares acompanhado de executivos da Léros, a primeira em 9 de abril juntamente com Adriano Tadeu Deguimerndjian Rosa, executivo da Léros e o advogado Cyro Dias Lage Neto, além de dois tripulantes. Eles voltaram a Foz do Iguaçu no mesmo dia.

A segunda viagem foi no dia 25 de junho, quando os governos de Brasil e Paraguai já haviam firmado a ata que repactuava a divisão da energia de Itaipu. Eles voltaram no dia seguinte ao País.

Até então, Giordano admitia ter participado de apenas uma reunião em Ciudad del Este (a terceira, à qual foi de carro), em que foi discutida a possibilidade de compra de energia paraguaia de Itaipu para revenda no mercado brasileiro. Participaram deste encontro representantes da Léros. Em 1.º de agosto, o suplente de senador negou ao Estado ser representante formal da Léros.

"Não tenho nenhuma relação com esse acordo. A Léros me chamou e eu fui lá escutar a proposta da Ande sobre venda de energia. Existe uma licitação aberta, que é pública. Eu não comprei nada. A própria Léros não assinou nada", disse.

Desmentido. O jornal paraguaio publicou um documento que desmente Giordano. Trata-se de uma proposta formal feita pela Léros à Administração Nacional de energia (Ande, a estatal energética do Paraguai) assinada pelo executivo Kleber Ferreira em São Paulo em 27 de julho. No documento, a Léros oferece US\$ 31,50 KWh pela energia excedente de Itaipu. Segundo a proposta, a empresa pagaria 30% do valor em efetivo no ato da entrega da energia e o restante, também em efetivo, após 90 dias.

A Léros oferece ainda dividir com a Ande o lucro obtido em caso de venda acima de US\$ 35 Kwh. A Léros está na mira de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada pelo Congresso Paraguaio, que deve começar a funcionar ainda nesta semana. Em entrevista à Telefuturo, o ex-presidente das Ande Pedro Ferreira disse que o nome da família Bolsonaro foi citado várias vezes durante reuniões com a Léros. O advogado José "Joselo" Rodríguez, que se apresentava como assessor jurídico do vice-presidente do Paraguai, Hugo Velázquez, disse em mensagens a Ferreira que a Léros representava a "família presidencial" e o "governo brasileiro".

O Estado apurou que a sede do diretório estadual do PSL de São Paulo, cujo presidente é o deputado Eduardo Bolsonaro, funcionou no mesmo prédio onde ficam as empresas de Giordano até o final de julho, às vésperas do escândalo envolvendo a ata secreta de Itaipu vir à tona. Procurado pelo Estado, Giordano

disse que "não tinha nada a declarar" sobre o caso do avião. A Léros não respondeu aos telefonemas.

Além de obrigar o governo paraguaio a aumentar o volume de aquisição de energia garantida de Itaipu (US\$ 44 KWh), mais cara do que a energia excedente (US\$ 6 KWh), o que implicaria o aumento da tarifa no país vizinho, o acordo entre os governos de Jair Bolsonaro e Mário Abdo Benítez suprimiu da ata o item 6, que permitia à Ande vender diretamente no mercado brasileiro a energia mais barata.

O item 6 impedia que empresas como a Léros pudessem comercializar a energia excedente do Paraguai. A revelação do acordo, considerado "entreguista" pela oposição, levou o país vizinho a uma crise política que pôs em risco os mandatos de Abdo Benítez e Velázquez. Bolsonaro aceitou o cancelamento do acordo pelo Paraguai após Benítez ser alvo de um processo de impeachment.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/08/2019

Seção: Internacional

Autor:

Título: Ministros falarão sobre acordo

A Comissão de Relações Exteriores da Câmara aprovou ontem requerimento do deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR) para que os ministros Ernesto Araújo, das Relações Exteriores, e **Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior, de Minas e energia**, participem de audiência pública com o objetivo de esclarecer os termos e as implicações do recente acordo assinado, e posteriormente cancelado, entre o Brasil e o Paraguai .

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/08/2019

Seção: Opinião

Autor: Paulo Pedrosa

Título: Itaipu: rediscutindo a relação

Décadas após sua construção, Itaipu ainda impressiona, não só pela grandeza da obra, mas também por seu caráter de vitória diplomática: com a usina, Brasil e Paraguai se integraram, gerando riqueza e conhecimento, e constituíram uma equipe cuja competência é um farol. Deram exemplo ao mundo de como dois países que experimentaram o conflito podem realizar obras fantásticas quando se harmonizam. Hoje, Brasil e Paraguai seguem irmanados e dividindo a mesma agenda, com uma visão moderna de lógica econômica e desenvolvimento.

O Paraguai é um jaguar latino-americano, um país que cresce num ritmo de 4% ao ano. Nós, brasileiros, que agora flertamos com a recuperação econômica, temos o que aprender com eles. Quando se discute o Tratado de Itaipu, assinado em 1973, é de esperar que as questões de interesse nacional e diplomacia estejam presentes, mas devem estar suportadas por uma discussão técnica e econômica, que evite a captura do discurso por interesses menores e forças antagônicas.

É importante registrar que, com o tempo, foram divididas de forma desigual as duas categorias da energia de Itaipu: a primeira, associada à potência contratada, paga todos os custos da usina; e a segunda, sete vezes mais barata, suporta só os royalties adicionais de sua produção. Na divisão dessas energias entre os países, o Paraguai acaba pagando quase metade do que pagam os consumidores brasileiros por megawatt-hora, o que não parece razoável considerando o estado atual das duas economias. Isso precisa ser reequilibrado, respeitadas todas as condições políticas, e será fundamental para estabelecer bases da renegociação do tratado, até 2023. Itaipu é uma usina que funciona sob a lógica de tarifa pelo custo, modelo visto hoje como promotor de ineficiências.

A teoria regulatória aponta que essa lógica leva a uma tendência de aumento de custos, especialmente dos que são aplicados 50% em cada país, mas pagos pelos brasileiros na proporção de 85%. Este é o caso das duas pontes internacionais previstas para serem construídas, e que não deveriam mais ser financiadas pelos consumidores de energia. O que deve ficar claro nesta renegociação é que, mantidas as regras atuais de tarifa pelo custo, com o fim do financiamento em 2023 poderia haver uma enorme redução, que seria majoritariamente direcionada ao Brasil. Apesar de vantajoso, não parece ser um cenário adequado, porque penalizaria o país vizinho e traria distorções ao mercado brasileiro. Isso aumenta a responsabilidade de encontrar uma solução no curto prazo.

Também importa considerar que o Brasil já não depende mais da energia excedente do Paraguai para atender à sua demanda interna. Temos visto nos últimos leilões que essa parcela de energia pode ser substituída em prazo curto por outra modalidade, bem competitiva e associada a novos investimentos e empregos no País. A solução moderna é que a energia, tanto brasileira quanto paraguaia, possa ser livremente comercializada, seja nos leilões regulados ou no mercado livre, contribuindo para a liquidez e eficiência dos nossos mercados. O fim do pagamento do financiamento e a renegociação do modelo de Itaipu trazem aos dois países uma oportunidade extraordinária de capturar cerca de US\$ 1 bilhão por ano, para cada uma das margens do Rio Paraná, e decidir individualmente que destino dar a esse montante.

Por isso a discussão do tratado é uma chance que Brasil e Paraguai têm para modernizar sua relação econômica e criar, na energia, uma integração verdadeiramente competitiva e de mercado. Assim, continuamos a dar ao mundo o recado de que, na direção econômica correta, dois países podem se manter alinhados e irmãos, numa relação cujos votos se renovam, com benefícios para o crescimento dos dois, valorizando a liberdade de decidir sobre seus rumos e sua energia.

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS GRANDES CONSUMIDORES INDUSTRIAIS DE energia E DE CONSUMIDORES LIVRES (ABRACE), FOI CONSELHEIRO DE ITAIPU E DIRETOR DA ANEEL

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decleodt, Fernanda Guimarães

Título: » ¡Hola!

Coluna do broadcast

Representantes dos setores de vidro e cerâmica, dois dos maiores consumidores de gás natural do País, viajam à Bolívia na próxima semana para negociar a compra direta de gás para o Brasil. Esse seria o primeiro caso de consumo livre de gás. Presidente da Abividro, Lucien Belmonte explica que a ideia é que, com as novas condições de mercado, haja uma redução do preço de US\$ 14 para US\$ 9 por milhão de BTU. Juntos, os setores consomem 5 milhões de m³ de gás por dia.

» Novas condições. O negócio só será possível por conta da renegociação dos contratos de importação do produto via gasoduto Brasil-Bolívia, com uma potencial queda do preço de 40%. O contrato com a Petrobrás vence em dezembro e, a partir daí, a iniciativa privada poderá negociar diretamente com o vizinho. Além disso, a redução da margem para consumidores livres no Estado de São Paulo ajuda a baixar o preço.

COM BÁRBARA NASCIMENTO E CRISTIANE BARBIERI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 14/08/2019

Seção: Economia

Autor: Daniel Weterman / BRASÍLIA

Título: Votação final da Previdência será em 2 de outubro, define Senado

Senadores fecharam acordo com governo para destravar pacto federativo e facilitar tramitação da reforma

Os líderes do Senado fecharam um acordo para concluir a votação da reforma da Previdência no dia 2 de outubro. O primeiro turno da votação ocorrerá no dia 18 de setembro e segundo turno no dia 2 de outubro, de acordo com calendário definido em reunião ontem. Com isso, a promulgação da reforma da Previdência será feita entre 8 e 10 de outubro, de acordo com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEMAP). O governo contava em encerrar a votação da reforma que modifica as regras para se aposentar no Brasil entre 20 e 30 de setembro.

Alcolumbre afirmou que 60 dias é prazo suficiente para a reforma da Previdência tramitar no Senado. Em reunião de líderes para discutir o calendário da proposta, a oposição exigiu no mínimo 70 dias para discussão. O argumento de Alcolumbre é que, no primeiro semestre, o Senado acompanhou a reforma da Previdência na Câmara com uma Comissão Especial. "Eu não vejo como, com uma Comissão Especial que se debruçou durante 150 dias, querer mais do que 60 dias de prazo para essa matéria tramitar aqui no Senado", disse Alcolumbre. Para ele, dois meses "é muito razoável dentro do que o Brasil aguarda do Senado".

No dia 28 deste mês, o relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) deverá ser lido na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A votação na comissão fica para o dia 4 de setembro. No dia 10 de setembro, haverá uma sessão temática no plenário do Senado com especialistas contra e a favor das mudanças no sistema de aposentadorias propostas na reforma. Todas as mudanças sugeridas pelos senadores devem ser incluídas em uma PEC paralela, que será analisada pelos deputados depois. Um dos temas que podem ser colocados no texto paralelo são mudanças para a aposentadoria de servidores estaduais e municipais.

Pacto federativo. Senadores fecharam um acordo com o governo para destravar propostas do chamado pacto federativo, que envolve a distribuição de recursos para Estados e municípios, em troca de facilitar a aprovação da reforma da Previdência no Senado.

O acordo foi fechado em reunião de líderes partidários com o presidente do Senado. Ao Estado, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), adiantou que o governo concordava em se empenhar pelas propostas demandadas por governadores e prefeitos antes da votação da reforma da Previdência no plenário.

Uma das propostas a serem votadas é a que define a divisão dos recursos do megaleilão de petróleo que será realizado em novembro. A distribuição da chamada cessão Onerosa resultará em repasse de R\$ 10,9 bilhões para Estados e outros R\$ 10,9 bilhões para municípios. Outro pedido dos governadores que deve ser atendido é a destinação de 30% do Fundo Social do pré-sal para Estados e municípios em 2020 e 70% após oito anos. Atualmente, 100% do Fundo Social, que deve totalizar R\$ 17 bilhões este ano, pertencem à União.

O acordo também vai envolver Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para acabar com a Lei Kandir, que isenta pagamento de ICMS sobre exportações de produtos primários e semielaborados ou serviços. Os governos estaduais poderiam voltar a tributar essas exportações. O governo federal se comprometeu em pagar para os Estados até o fim deste ano R\$ 4 bilhões em compensações da Lei Kandir e do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações.

No pacote do pacto federativo, os senadores também contam com a aprovação do projeto de lei que cria o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, programa de socorro aos Estados e municípios mais endividados conhecido como "Plano Mansueto", em referência ao secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida. A proposta está na Câmara e prevê liberação de empréstimos com aval da União desde que os governos regionais adotem medidas de ajuste fiscal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/08/2019

Seção: Mercado

Autor: Diego Garcia

Título: Lucro da Eletrobras sobe para R\$ 5,5 bi no segundo trimestre

Rio de Janeiro- A Eletrobras registrou um lucro líquido de R\$ 5,5 bilhões no segundo trimestre do ano, 305% superior do que o mesmo período de 2018, quando apresentou R\$ 1,3 bilhão, divulgou a empresa nesta terça-feira (13).

O resultado é fruto principalmente do lucro líquido de R\$ 5,2 bilhões referente às operações descontinuadas de distribuição, resultado da reversão do patrimônio líquido negativo da Amazonas Energia, decorrente da privatização.

A maior empresa de eletricidade da América Latina teve uma receita operacional líquida de R\$ 6,6 bilhões, alta de 12% frente ao mesmo período do ano anterior, segundo o balanço divulgado.

A companhia, que controla um terço da geração e metade da capacidade de transmissão do Brasil, teve um lucro líquido de R\$ 6,9 bilhões no primeiro

semestre de 2019, um aumento de 272% em relação ao lucro líquido de R\$ 1,8 bilhão obtido no primeiro semestre de 2018.

"O lucro do primeiro semestre de 2019 é composto pelo lucro líquido das operações continuadas de R\$ 1,8 bilhão e pelo lucro líquido de R\$5,03 bilhões referente às operações descontinuadas de distribuição, destacando a privatização da distribuidora Amazonas Energia, que deixou de ser consolidada pela Eletrobras", informou a empresa.

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) deu sinal verde, no começo deste mês, para que a União saia do controle da Eletrobras. Desde então, serão feitos estudos para definir o modelo de venda de ações da companhia na Bolsa. A expectativa é de que o processo seja realizado ainda neste ano.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, fez o comunicado à CVM (Comissão de Valores Mobiliários) na semana passada.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/08/2019

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack

Título: Sem PEC que libera US\$ 9 bi, Petrobrás não estará em leilão, afirma presidente

Brasília- O presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, fez um apelo ao Congresso para que seja aprovada a Proposta de Emenda Constitucional que autoriza a União a fazer um pagamento de US\$ 9 bilhões em indenização à estatal. Sem esse dinheiro, a petroleira afirma que não terá como participar do leilão da cessão onerosa, previsto para novembro.

"É muito importante [a aprovação da PEC 98] para a Petrobrás, que vai usar esse dinheiro no leilão", disse Castello Branco na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, nesta terça (13).

Segundo ele, o plano era fazer lances para os quatro blocos que serão concedidos. No entanto, só será possível entrar na disputa por dois deles.

"O endividamento faz com que o nosso custo de capital seja três vezes maior do que o de nossos concorrentes."

Castello Branco disse que 35% da receita é consumida pelo pagamento de juros e serviços de dívidas e culpou as gestões anteriores pelos esquemas de corrupção que causaram danos bilionários.

Por isso, a Petrobrás vai vender empresas e participações ligadas a negócios que não sejam exploração e produção de petróleo e gás.

A empresa venderá 8 de suas 13 refinarias, 10% de participação remanescente na NTS (Nova Transportadora do Sudeste) e naTAG (Transportadora Associada de Gás), o controle do gasoduto Brasil-Bolívia (51% das ações) e a participação em 19 distribuidoras estaduais de gás.

"Estamos transformando [a Petrobrás] numa empresa melhor", afirmou o presidente da empresa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 14/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Cadeiras

Painel S.A.

A Ocyan, antiga Odebrecht Óleo e Gás, vai trocar de chefia. Roberto Bischoff, hoje vice-presidente responsável pela área de competitividade da Braskem, vai liderar a Ocyan, substituindo Roberto Simões.

Sucessão O processo de transição, que será feito em setembro, foi divulgado em comunicado interno aos funcionários nesta segunda-feira (12). O executivo trabalha há 40 anos no Grupo Odebrecht, desde a criação da Braskem. Foi vice-presidente da unidade América Latina e presidente da Braskem Idesa, entre outras funções.

Retorno No fim do mês passado, a Ocyan teve sonda de perfuração recontratada pela Petrobrás.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/08/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Com venda de distribuidoras, Eletrobras lucra R\$ 5,5 bi

Resultado no 2º trimestre quadruplicou em relação a igual período de 2018. Estatal prevê privatização em 2020

O lucro da Eletrobras quadruplicou no segundo trimestre e somou R\$ 5,5 bilhões. O resultado foi influenciado principalmente pelo processo de venda das

distribuidoras de energia deficitárias das regiões Norte e Nordeste, particularmente a Amazonas Energia. O desempenho representou um salto de 305% em relação ao ganho de R\$ 1,3 bilhão registrado no mesmo período do ano passado. Livre do passivo das distribuidoras, a Eletrobras agora aprofunda estudos para levar adiante o plano do governo de abrir mão do controle da empresa por meio da venda de ações na Bolsa, o que o presidente da estatal prevê para 2020.

"O resultado é composto pelo lucro líquido das operações continuadas de R\$ 301 milhões e pelo lucro líquido de R\$ 5,2 bilhões, referente às operações descontinuadas de distribuição, resultado da reversão do patrimônio líquido negativo da Amazonas Energia, decorrente da privatização da empresa", informou a Eletrobras em comunicado ao mercado.

A Amazonas Energia foi vendida em dezembro do ano passado a um consórcio formado pelas empresas Oliveira Energia e Atem. A venda selou a saída da estatal do ramo de distribuição, finalizando a venda de seis empresas. A subsidiária do Amazonas era de longe a mais deficitária. O consórcio vencedor foi o único a apresentar proposta e arrematou a distribuidora sem oferecer deságio.

AUMENTO DE CAPITAL

No início do mês, o presidente Jair Bolsonaro deu sinal verde para a privatização da Eletrobras, responsável por metade da transmissão e um terço da capacidade de geração de energia no país. O plano é vender ações da empresa na Bolsa de Valores, num modelo parecido ao usado recentemente pela Petrobras para privatizar a BR Distribuidora. Ontem, o presidente da estatal, Wilson Ferreira Júnior, estimou que a operação de aumento do capital da estatal com a União se tornando minoritária só deverá ocorrer em fevereiro do próximo ano. Isso porque o fim do controle estatal tem que ser aprovado antes pelo Congresso. Isso não foi necessário no caso da BR porque o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que o aval é dispensado no caso de venda de subsidiárias de estatais.

Em conferência com analistas, Ferreira Júnior afirmou que o governo deve enviar em breve ao Congresso o projeto de lei da privatização. Assim como no caso da BR, o plano é a União manter participação relevante na Eletrobras, ainda que minoritária. O percentual não está definido, mas pode ficar em torno de 30%, ele disse.

Sobre a conclusão da usina nuclear Angra 3, no litoral sul do Rio, o presidente da Eletrobras contou que três modelos estão em estudos para atrair investidores

privados para retomar as obras. Em qualquer alternativa, o governo terá que permanecer majoritário uma vez que a energia nuclear é monopólio da União.

Uma das possibilidades é o novo parceiro ingressar diretamente como sócio no capital da Eletronuclear, subsidiária da Eletrobras responsável pelas usinas nucleares. Esse sócio minoritário entraria com os recursos para viabilizar a conclusão da usina, mas passaria a ser sócio também das outras usinas nucleares já em operação: Angra 1 e Angra 2.

DEMISSÃO VOLUNTÁRIA

Outra hipótese é a criação de uma Sociedade de propósito Específico (SPE) para Angra 3, na qual a Eletronuclear teria 51% e o novo sócio, 49%. O terceiro modelo cogitado é trocar o investimento nas obras por um recebível, um título que daria ao investidor o direito de receber parte da receita futura da usina.

Segundo Ferreira Júnior, há conversas com 11 investidores interessados. Um edital internacional deve ser lançado até o fim do ano para que a usina comece a operar em 2026.

O presidente da Eletrobras afirmou que a reestruturação interna nos últimos três anos já possibilitou a recuperação de boa parte do patrimônio da estatal perdido com a edição da medida provisória 579, em 2012, que tratou da renovação das concessões no setor.

Segundo Ferreira Júnior, os investimentos este ano devem ficar ligeiramente abaixo de R\$ 5 bilhões. Ele afirmou que, até o fim do ano, será definido o modelo de um novo plano de demissão voluntária para a Eletrobras e suas subsidiárias, que será implementado entre 2020 e 2024.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: A ressurreição do museu

A UFRJ e seu Museu Nacional receberão no dia 31, agora, empresas, entidades e parlamentares para mostrar o que já foi feito e as perspectivas — como o cronograma de obras — para a reconstrução do palácio da Quinta da Boa Vista, destruído pelo incêndio em setembro de 2018. Entre os convidados, Vale, Bradesco, Itaú, BNDES, Unesco, Petrobras, Shell, Eletrobras e a ANP, que está animada: —Já há mecanismos que permitem o uso de verbas de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor de petróleo e gás em projetos ligados ao

museu. Tomara que, a partir de iniciativas como essa, logo tenhamos o museu de volta — disse o diretor-geral da ANP, Décio Oddone.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/08/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: BNDESPar tem prejuízo de R\$ 650 milhões no 2º trimestre

A BNDESPar, subsidiária de participações em empresas do BNDES, teve um prejuízo de R\$ 650 milhões no segundo trimestre do ano, informou o banco de fomento ontem. Segundo a instituição, as perdas são resultado dos efeitos contábeis de uma revisão da classificação de riscos de sua carteira.

Apesar disso, a BNDESPar acumulou lucro líquido de R\$7,96 bilhões no primeiro semestre do ano, mais que o dobro (107,5%) do resultado de R\$ 3,84 bilhões de janeiro a junho de 2018. O resultado foi influenciado sobretudo pela venda de ações de empresas como Fibria, Petrobras, Vale, Rede Energia e Linx no primeiro trimestre.

A BNDESPar ainda acumula uma carteira de ações avaliada em R\$ 111,17 bilhões no fim de junho, alta de 4,4% em relação a dezembro do ano passado. Contribuíram principalmente para isso, a valorização de ações de Petrobras, Eletrobras e Suzano detidas pelo banco estatal.

O governo tem planos de acelerar a venda de ações da BNDESPar.

VEÍCULO: O Globo

Data: 14/08/2019

Seção: Economia

Autor: GERALDA DOCA E AMANDA ALMEIDA BRASÍLIA

Título: Senado quer liberar recursos a estados para viabilizar PEC paralela

CCJ da Casa se reúne hoje para começar a discutir reforma da Previdência; Alcolumbre quer fim da votação até 10 de outubro

Para votar a reforma da Previdência, o Senado está pressionando a equipe econômica a acelerar a liberação de recursos para aliviar o caixa dos estados e municípios. A estratégia é pautar um conjunto de seis alterações na legislação

que terão tramitação paralela à proposta que altera as regras da aposentadoria. O presidente do Senado, David Alcolumbre (DEM-AP), pretende encerrar a votação dos dois turnos da reforma até o dia 10 de outubro.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado se reúne hoje para começar a discutir a reforma. Será uma sessão para definição do plano de trabalho, com a aprovação de requerimentos sobre o quantidade de audiências a serem realizadas. O parecer do relator da proposta no colegiado, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), deverá ser apresentado no dia 28 de agosto e votado no dia 04 de setembro, devendo ir ao plenário da Casa no dia 18 de setembro em primeiro turno.

As seis propostas a serem pautadas pelos senadores são a partilha do dinheiro a ser obtido a partir da revisão do contrato entre a União e a Petrobras, que abre caminho para o megaleilão do petróleo do pré-sal em novembro, e do Fundo Social (também abastecido pelo pré-sal), o pagamento da indenização da Lei Kandir (que isenta exportações de ICMS), o projeto que permite a securitização (venda de dívidas) e a prorrogação do pagamento de precatórios.

CONVERSA COM GUEDES

Os senadores argumentam que a aprovação dessas pautas facilitará a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) paralela — a ser desmembrada da reforma da Previdência para incluir estados e municípios. De forma reservada, eles admitem que o risco de essa PEC ser engavetada na Câmara é grande e, por isso, defendem mais recursos para os estados a fim de convencer os governadores a atuarem de forma mais efetiva na Câmara assim que a PEC paralela chegar lá.

Os deputados deixaram estados e municípios de fora da reforma da Previdência porque não quiseram assumir sozinhos o ônus de votar um projeto impopular e perder votos nas suas bases.

O assunto foi levado ontem ao ministro da Economia, Paulo Guedes, pelo presidente do Senado. Depois do encontro, Alcolumbre limitou-se a dizer que a proposta vai tramitar. Ele destacou que as discussões em torno do pacto federativo são uma bandeira do Senado.

Durante o encontro, ficou acertado que Guedes irá ao Senado explicar o apoio do governo às pautas dos estados. A presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS), e Tasso Jereissati estiveram com o ministro. O relator disse que o Senado vai preservar o coração da reforma aprovada pela Câmara para evitar atrasos.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 14/08/2019**Seção:** Cidades**Autor:** Ana Viriato/ Mariana Machado**Título:** CEB e BNDES fecham acordo

"Nós estamos vivendo de um guardanapo que está amassado, porque foi usado diversas vezes por pessoas que não souberam honrar o dinheiro dos impostos financeiros"

Ibaneis Rocha, governador

A Companhia Energética de Brasília (CEB) deu mais um passo rumo à privatização de uma das principais subsidiárias, a CEB Distribuição. A empresa pública firmou acordo de cooperação com o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) para a estruturação do projeto de alienação de 51% das ações da distribuidora de energia — os demais 49% permanecerão com o GDF. O Sindicato dos Urbanitários no DF (STIU), que representa os funcionários da companhia, promete contra-atacar e recorrer à Justiça para anular o acordo.

A CEB Distribuição acumula R\$ 1,1 bilhão em dívidas. Desde o início da gestão, a companhia adota medidas para tentar sair do vermelho. Em junho, fez um aporte de R\$ 81,173 milhões na distribuidora para liquidar dívidas em atraso com fornecedores de energia. Além disso, a empresa pública intensificou a cobrança de inadimplentes — mais de 558 mil clientes devem R\$ 634,9 milhões à subsidiária.

As intervenções, no entanto, não foram suficientes. Por isso, o contrato com o BNDES inclui a montagem prévia de operação de captação de recursos para a reestruturação financeira da subsidiária a fim de torná-la mais atraente para o mercado. O acerto tem duração de 39 meses, contados a partir de ontem.

Conforme as disposições da cooperação, o banco será responsável por executar e coordenar a produção de estudos, contratar serviços técnicos necessários e elencar os procedimentos necessários. A CEB deverá informar dados, materiais, esclarecimentos, acessos e autorizações. O GDF não deve submeter o plano de privatização à Câmara Legislativa, com base em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) com repercussão geral. Em junho, a Corte entendeu que o Executivo pode vender estatais subsidiárias sem a aprovação do Legislativo e sem licitação.

Em defesa da abertura para o mercado, o governador Ibaneis Rocha (MDB) afirmou que, a partir das privatizações, terá mais liberdade para realizar

investimentos em todas as áreas da administração pública. “Eu preciso construir hospitais, escolas, creches, ampliar o metrô, dar transporte público de qualidade, preciso de cultura, fornecer turismo. De onde vamos tirar esse dinheiro?”, questionou Ibaneis. “Nós estamos vivendo de um guardanapo que está amassado, porque foi usado diversas vezes por pessoas que não souberam honrar o dinheiro dos impostos financeiros”, emendou.

O diretor do Sindicato dos Urbanitários João Carlos Dias alegou que acionou a área jurídica da entidade para reverter o acordo. “A assinatura do contrato com o BNDES expõe a tentativa do governo de não submeter essa privatização à discussão com a população”, criticou. “Há dois riscos que não estão claros para o povo: a possibilidade de desabastecimento e apagão, como ocorreu em Goiás, e a elevação da conta de luz”, complementou.

Funcionários

A expectativa do Palácio do Buriti é tirar a privatização do papel até meados de 2020. Segundo o secretário de Desenvolvimento Econômico, Ruy Coutinho, não devem ocorrer demissões em massa. “Os grupos que assumirem essas empresas obviamente farão uma análise bastante cuidadosa do quadro de funcionários sem agredir a legislação trabalhista nem a vida de cada um dos seus empregados”, adiantou.

O presidente da CEB, Edison Garcia, acrescentou que a empresa estuda série de medidas voltadas aos funcionários para o período de transição. “Estamos desenvolvendo um Programa de Demissão Voluntária (PDV) com empregados com a discussão sobre qual seria o valor adequado. Paralelamente, devemos colocar à disposição deles um programa de antecipação de aposentadorias”, detalhou. A companhia ainda deve autorizar a transferência de profissionais da distribuidora para a holding.

Além da CEB Distribuição, o governo deve privatizar a Companhia de Saneamento do DF (Caesb) e a Companhia do Metropolitano do DF (Metrô). “O intervencionismo estatal tornou-se excessivo e praticamente inviável. Não há mais nenhuma razão para que empresas que não tenham nenhuma ligação com atividades típicas do Estado permaneçam sob controle estatal”, argumentou Ruy Coutinho.

MME / ASCOM .